

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A escravidão em uma colônia de “alemães”

Sandra P.L. de Camargo Guedes*

Resumo: Joinville, localizada no nordeste de Santa Catarina, é tradicionalmente conhecida como uma cidade de alemães. Apesar de evidências terem mostrado a presença de negros na cidade no século XIX; a historiografia local ainda não abordou esse aspecto. Assim, este trabalho pretende discutir a presença de escravos negros em Joinville e apontar algumas características dessa população principalmente através dos registros paroquiais de batismo e óbitos e dos inventários. Trata-se de um fragmento de pesquisa maior que tem a intenção de entender o processo de ocupação do território circunvizinho à baía da Babitonga, que envolve Joinville e outros cinco municípios e está sendo financiada pelo FAP/UNIVILLE e pelo CNPq.

Palavras-chave: Joinville – escravidão - colonização.

Abstract: Joinville, located in the north-eastern sector of Santa Catarina, is traditionally known as a city of Germans. Although evidences have shown the existence of African descendents in the city during the XIX century, the local historiography has not yet approached this aspect. Thus, this work intends to discuss the presence of slaves in Joinville and to mainly point some characteristics of this population through registers of baptism and deaths in the parochial as well as in inventories. This article is a fragment of a bigger research, which intends to understand the process of occupation of the surrounding territory to the Babitonga Bay, that involves Joinville and five other cities and is financed by the FAP/UNIVILLE and the CNPq.

Keywords: Joinville - slavery - colonization.

A representação de Joinville como uma cidade de alemães foi construída desde os primeiros tempos de sua colonização. Em trabalho escrito em 1975, Apolinário Ternes afirmava que predominava na cidade “o povo ‘loiro’ de origem européia. O povo de uma educação polida e rigorosa. Povo trabalhador, ordeiro, criativo, disciplinado e amante do belo e da harmonia psicológica.” (TERNES; EHLKE, 1975, p.54). Essa frase, carregada de adjetivos, qualificava da melhor maneira possível os europeus e certamente agradava a elite local de origem germânica, que procurava preservar sua identidade já há algum tempo se perdendo com o crescente processo migratório para a cidade.

Se considerarmos que em 1975, Joinville já era considerado o maior município do estado de Santa Catarina e um dos que mais cresceu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 devido às migrações (CUNHA, 1992), deve-se, no mínimo, estranhar que a população de Joinville fosse em sua maioria “loira”. Porém, esse estereótipo do joinvilense loiro é

* Profª Dra Depto de História UNIVILLE Pesquisa financiada pelo FAP/UNIVILLE e CNPq.

reforçado em várias outras publicações e, principalmente em material publicitário da cidade veiculado das mais diferentes formas.

A origem de Joinville está ligada ao dote de casamento recebido pela princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II, por ocasião de seu casamento com o nobre francês François Ferdinand Philipe, príncipe de Joinville. As terras concedidas em dote foram demarcadas na Província de Santa Catarina, em 1846, em área pertencente ao município de São Francisco do Sul, respondendo a um empreendimento da Companhia Colonizadora de Hamburgo contratada pelo Príncipe. Para esse empreendimento, denominado Colônia Dona Francisca, foram trazidos, a partir de 1851, imigrantes alemães, suíços e noruegueses em diferentes levas, e foi baseada nessa imigração que se estruturou a maior parte da historiografia local.

A procura pelas origens, tão evidenciada pela história tradicional, vai sempre ao encontro do desbravador, daquele que iniciou a colonização das cidades, que abriu picadas ou lutou com indígenas conquistando as terras necessárias para que a “civilização” chegasse (GUEDES, 2005). Vê-se a historiografia construir heróis em todas as partes do mundo, com objetivos, na maioria das vezes, de traçar uma identidade local, encontrar as raízes, a origem, o mito fundador (CHAUÍ, 2000). Dessa forma, as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem indígenas, brasileiros ou negros.

O município de São Francisco do Sul, atualmente restrito à ilha de mesmo nome e a parte da península do Saí, abrangia à época da colonização de Joinville um vasto território que foi aos poucos sendo subdividido. Assim, quando chegaram os primeiros imigrantes à Colônia Dona Francisca, em março de 1851, já havia uma série de fazendas e sítios habitados por francisquenses e seus escravos.

Apesar de Carlos Ficker, em sua obra **História de Joinville**, ter afirmado logo nas primeiras páginas que a região onde foram demarcadas as terras para a então Colônia Dona Francisca não era totalmente desabitada, mas “ao contrário, bastante habitadas” exemplificando que desde “1826, o coronel Vieira se instalara com grande fazenda e muitos escravos” (1965, p.32), esse fato passou despercebido já que aquela obra primou pela valorização e exaltação do imigrante germânico nas demais quase quinhentas páginas.

Na busca de mapear as propriedades existentes nesse território desde as mais remotas informações, conseguiu-se perceber que a afirmação de Carlos Ficker não só é confirmada como reforçada pelo fato de encontrarmos propriedades de luso-brasileiros na

área onde se formou o centro da cidade de Joinville e não apenas em fazendas e sítios afastados, como se supunha.

A presença de escravos negros no Estado de Santa Catarina já foi trabalhada por diferentes autores principalmente nas cidades de colonização luso-brasileiras como Florianópolis e São Francisco do Sul, evidenciando, porém, que a escravidão no Estado nunca foi tão grande quanto nas regiões produtoras do sudeste e nordeste do Brasil.

Santa Catarina, particularmente, nunca fez parte dos centros mais dinâmicos do país, voltados, até as primeiras décadas deste século, para o abastecimento do mercado externo com produtos tropicais. Tampouco converteu-se numa região complementar importante para o suprimento do mercado interno com alimentos, meios de transporte e de tração, como, por exemplo, foi o caso do Rio Grande do Sul. Assim, a reduzida acumulação de capital nunca permitiu a aquisição de um contingente de escravos negros comparável àquelas regiões. Mais ainda, a contínua entrada de imigrantes europeus fez com que o trabalho livre superasse o trabalho escravo, e também possibilitou uma autêntica “regeneração racial” ao combinar a imigração branca com a exportação de negros para as regiões produtoras de café. (PEDRO et al., 1988, p.9)

Apolinário Ternes, ao tratar da colonização de Joinville, também evidenciou como reduzido o número de escravos em Santa Catarina, justificando que na época da chegada dos imigrantes no estado a escravidão estava em pleno declínio. “Em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos” e completava dizendo que esse número representava, em 1840, “apenas 18% da população”(TERNES, 1993, p.31). Dezoito por cento de escravos não pode ser considerado um pequeno número, trata-se de uma considerável quantidade que se torna ainda mais significativa se for levado em conta que, anos antes, “em 1824, os escravos representavam 33% da população” do estado, conforme afirmou o mesmo autor (TERNES, 1993, p.31). Ora, será que se pode considerar pequena a participação da escravidão em um Estado onde 33% da população era escrava?

Tanto Ternes quanto Pedro, nos trabalhos indicados, procuraram mostrar que com a suspensão do tráfico e a vinda de grande número de imigrantes, a população escrava do estado diminuiu consideravelmente, provavelmente pela venda de muitos escravos para a região sudeste. Contudo, deve-se observar que nos dados relativos ao censo de 1840, a maioria da população era de brancos “e” libertos o que nos faz pensar que uma parcela dos 33% de escravos existentes em 1824 havia sido liberta e não migrado para outras regiões.

O projeto do Governo Imperial de terminar gradativamente com a escravidão no país e colaborar para com o “embranquecimento” e com a “civilização”, levou as novas colônias de imigrantes a serem proibidas, desde 1848, de possuírem escravos. Essa iniciativa partiu do Dr. Blumenau, responsável pela colonização das áreas onde hoje se encontra a cidade com o seu nome, e, posteriormente, em 1850, por imposição do próprio Governo

Imperial, no contrato firmado com a Sociedade Hamburguesa de Colonização. (OBERACKER JR, 1993, p.224). Esse fato, acrescido daquela constatação, por parte da historiografia, do pequeno número de escravos no Estado e, ainda, a falta absoluta de menção na documentação relativa à Colônia Dona Francisca sobre a existência de outros moradores que não os imigrantes, colaboraram para que, até o momento, a historiografia local não tratasse da presença de escravos negros na localidade.

A análise de outros tipos de documentos que não aqueles produzidos pela administração da Colônia, tais como Cartas de Sesmarias, Atestados de óbitos, Registros de batismos e inventários *pós-mortem*, reforça a afirmação de Carlos Ficker acerca da presença de diversos moradores na região da Colônia Dona Francisca antes e durante a sua instalação. Na busca por registros da ocupação desse território foram encontradas, até o momento, mais de 50 famílias morando na região nos anos seguintes à chegada dos primeiros imigrantes, sendo que entre elas cerca de 40 possuíam escravos.

A área destinada à instalação da Colônia Dona Francisca estava justamente entre São Francisco do Sul e a ligação com Curitiba e demais centros produtores e consumidores do país, desta forma sua posição era estratégica para todos aqueles que quisessem comercializar algum produto na região. Assim, não é de se surpreender que vários produtores e comerciantes tenham se instalado nestas áreas.

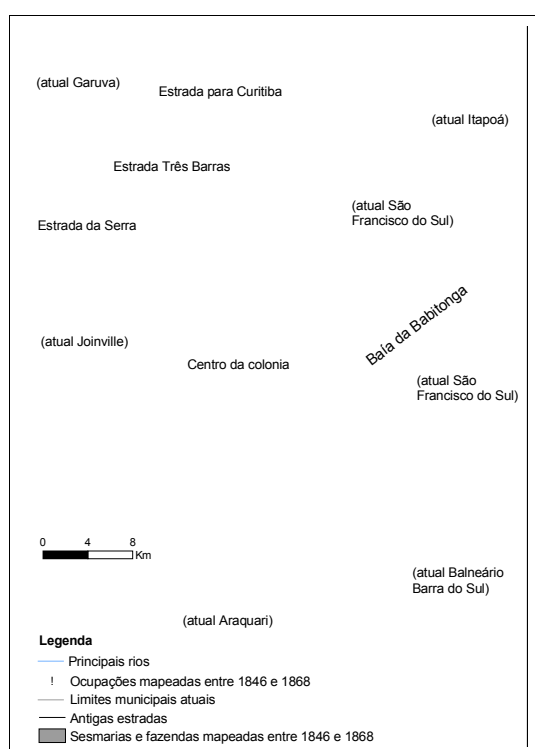


Figura 1: Localização das principais ocupações de luso-brasileiros na Colônia Dona Francisca e adjacências mapeadas entre 1846 e 1868. Algumas propriedades, apesar de grandes, constam como pontos, devido à imprecisão de sua delimitação nos documentos cartográficos históricos consultados. Fontes: Jerônimo Francisco Coelho, 1846; Colonisations Verein von 1849; J.S.M Alvin, 1856.

No início do século XIX a Câmara de São Francisco do Sul já reivindicava a construção de uma estrada carroçável no caminho de Três Barras, que ligava o litoral ao planalto, o que aconteceu apenas em 1870, quando a Estrada Dona Francisca, ou Estrada da Serra foi finalmente terminada. Havia a hipótese de que a maior parte dos luso-brasileiros, que habitavam a Colônia durante o período de ocupação pelos imigrantes estrangeiros, tivessem se concentrado às margens daquela Estrada, mas o que se percebe, porém, é que essas moradias estavam concentradas numa longa faixa de terras que beirava a Estrada e cortava o que veio a ser o centro da cidade de Joinville (Figura 1).

Ainda não foi possível identificar com precisão desde quando cada uma das pessoas fixou-se na região, já que a pesquisa ainda está em andamento, mas desde finais do século XVIII havia propriedades adquiridas através de cartas de sesmarias cujas famílias ainda estavam na região quando a cidade começou a ser formada. Percebe-se, também, que comerciantes ao final do século XIX e início do XX tornaram-se bastante influentes na vida política e econômica de Joinville e região, através do envolvimento com o comércio da erva mate, um dos principais produtos de exportação da cidade entre 1891 e 1906 (S' THIAGO, 1988), e são também relacionados como proprietários de escravos por volta de 1870. As famílias Gomes de Oliveira, Cercal, Budal e várias outras aparecem com características de famílias extensas e com grandes propriedades de terras, inclusive na área central de Joinville (Figura 1).

Os registros de batismo e de óbitos de ingênuos, obrigatórios após a Lei do Ventre Livre, nos permitem perceber a existência de várias escravas negras, mães das crianças registradas, trabalhando como domésticas ou lavradoras em residências, não só na Estrada da Serra, onde existiam propriedades maiores e com maior número de escravos, mas também na área central. Foram encontrados somente nos livros de batismo e óbitos de ingênuos entre 1872 e 1886 na cidade de Joinville os registros de 53 escravas trabalhando em 38 famílias com nomes que não indicavam ser de imigrantes estrangeiros, mas sim de luso brasileiros.

Se considerarmos que os registros de batismo e óbito de crianças filhas de escravos, na sua grande maioria, só apresentam o nome das mães, ainda escravas, aparecendo o nome de algum escravo do sexo masculino apenas eventualmente, quando padrinho, por exemplo, pode-se inferir um número correspondente ou maior de homens, já que o trabalho na

lavoura ou nos engenhos usava, a princípio, muito mais a mão de obra masculina que feminina.

Por outro lado, nos Inventários, são relacionados todos os escravos de determinada pessoa, no entanto, apenas após sua morte. Trata-se de um grande quebra cabeças cujas peças começam a ser unidas através da técnica de reconstituição de famílias utilizando planilhas eletrônicas, após identificação e leitura dos diferentes manuscritos ainda existentes.

É interessante salientar, que ao se analisar com mais cuidado os registros de dados populacionais da Colônia Dona Francisca e depois de Joinville, durante o século XIX e início do XX, percebe-se que a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada. Ao compararmos os dados relacionados nos “Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca”, com a quantidade de luso brasileiros e escravos encontrados nos documentos eclesiásticos, pode-se rapidamente notar que essa população ficava fora das estatísticas, onde eram contabilizadas apenas as características da população formada pelos imigrantes que entravam ou saíam oficialmente da Colônia através da Companhia Colonizadora. Assim, ao afirmar que em 1861 a população de Joinville era de 3050 habitantes, sendo 2437 de religião protestante e 613 católicos, e que em 1871 havia 6671 habitantes sem especificar a religião (TERNES, 1993, p.46), dever-se-ia acrescentar que os dados são relativos aos imigrantes europeus que se fixaram na região e não à população da cidade de Joinville.

Os documentos eclesiásticos disponíveis relativos aos registros de batizado e óbitos de ingênuos existentes após 1871, quando foi estabelecida a Lei do Ventre Livre, que obrigava o registro de todas as crianças filhas de escravas que nascessem a partir daquela data, mostram uma camada da população católica e proprietária de escravos, aparentemente não contabilizada nas estatísticas da Colônia.

Outro documento relativo à região, o Censo, promovido pelo Governo Imperial, contava a população relativamente às Freguesias, que geralmente envolviam uma região bem maior do que os próprios municípios. Joinville estava incluída na Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, que nos anos de 1870 abrangia pelo menos os municípios de Joinville, São Bento do Sul e parte de Paraty, uma região muito maior do que a correspondente ao que era o município de Joinville. Porém, mesmo correspondendo a uma área maior, os dados também não parecem muito seguros, pois, o Censo de 1872, por exemplo, dava o número de 75 escravos para toda a Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville, o que nos parece incompleto, pois apenas nos registros de batizados e nos inventários, relativos aos anos de

1872 a 1888, têm-se 60 nomes de escravas. Sabendo-se que nos registros de batismos só aparecem os nomes das mulheres escravas que deram à luz e nos inventários apenas os nomes dos escravos daqueles proprietários que vieram a falecer naquele período, pode-se considerar que o número de 75 escravos deva ter sido subestimado.

Apesar da análise dos dados ainda se encontrar em fase inicial, é possível constatar a existência de escravas de aluguel dentro da Colônia, como foi o caso de Benvinda, escrava de Antonio Leandro Toledo, morador de São Francisco do Sul. Em 1884 trabalhava como criada na casa de Antonio Augusto Ribeiro, morador da cidade de Joinville, e deu à luz sua filha Emelina. Esse fato nos faz pensar na hipótese de que os imigrantes podem não ter sido donos de escravos, já que não encontramos qualquer dado nessa direção, mas será que não fizeram uso deles através do aluguel?

O compadrio também ficou evidente na documentação relativa aos escravos. Vêm-se pessoas da mesma família batizando uns os filhos de escravas dos outros, assim como os próprios escravos batizando filhos de outros escravos, algumas vezes de proprietários diferentes. De 1872 a 1888 houve 85 batizados de filhos de escravas, 30 óbitos dessas mesmas crianças ou outras, pois aparecem falecimentos de crianças cujo batizado não foi encontrado, ou por terem nascido antes de 1872, quando aparece o primeiro registro, ou por não terem sido de fato batizadas.

Os dados não foram ainda completamente confrontados e analisados, mas já se pode afirmar que a presença escrava na colônia de alemães era real e que o número deles, relativamente à população total da cidade, não era tão insignificante como parecia a princípio.

Agradecimentos

Aos pesquisadores e amigos do Grupo de Pesquisa História Regional: Fabiano Antônio de Oliveira pela elaboração do mapa que se encontra neste artigo, a Eleide Abril G. Findlay pela leitura crítica e a ambos pelas sugestões apresentadas ao texto final. A todos os bolsistas, pesquisadores e ao técnico em cartografia Celso Voos Vieira, integrantes do mesmo grupo de pesquisas meus maiores agradecimentos.

Referências Bibliográficas

CHAUI, Marilena. **Brasil** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da Indústria catarinense**. Um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

GUEDES, Sandra P.L.C. A Construção do Herói. **Anais da XXIV Reunião da SBPH**, p.285-289, 2005.

OBERACKER JR. Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**. Reações e transações. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. (Col. História Geral da Civilização Brasileira t. 2, v.3.)

PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em Terra de Branco**. Escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

S'THAGO, Raquel. **Coronelismo urbano em Joinville**. O caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado de S.Catarina, 1988.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. Joinville: Bartira, 1993

_____. Joinville, 124 anos de continuado crescimento. In: EHLKE, Cyro; TERNES, A. **Joinville 1851-1975**. Itajaí: Uirapuru, [1975]

_____. **História Econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

Documentos

Atas da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. 1821-1827. Acervo da Câmara Municipal de São Francisco do Sul. Manuscritos.

Livro de Registro de Batismos 1872-1888. Freguesia de São Francisco Xavier de Joinville. Acervo Diocese de Joinville.

Mapas Estatísticos da Colônia Dona Francisca de 1867 In: **Correspondens der Direction des Colonization. 1867**. Acervo Domínio Dona Francisca. Arquivo Histórico de Joinville.

Mappa da medição e demarcação das vinte e cinco legoas quadradas concedidas complemento ao dote S. Serenissima Princeza de Joinville AS. D. Francisca. Jerônimo Francisco Coelho, 1846.

Mappa do territorio da Colonia D. Francisca. J.S.M Alvin, 1856.

Mappa da Colonia D. Francisca. Colonisations Verein von 1849.

Província de Santa Catarina. Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grau de instrução. Disponível em

<http://www.cebrap.org.br> - Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872-1890
acessado em 23 abr. 2007.